

Alves joga culpa no Congresso

O governador do Sergipe, João Alves Filho, não conseguiu explicar ontem à CPI do Orçamento por que liberou, em 1989, quando era ministro do Interior, verbas de subvenções sociais no valor de US\$ 40 milhões, para entidades indicadas pelo chefe do esquema de desvio de verbas públicas no Congresso, deputado João Alves (sem partido-BA). A CPI identificou também irregularidades na declaração de bens do governador, que exclui imóveis registrados em seu nome no estado. O governador se comprometeu a enviar documentos à CPI para esclarecer todas as dúvidas.

A delegação de parlamentares designados para o depoimento não ficou satisfeita com o que ouviu do governador. O coordenador da Subcomissão de Emendas, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), classificou o depoimento de João Alves de "nebuloso". O coordenador da Subcomissão de Subvenções Sociais, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), disse que a CPI vai aprofundar as investigações sobre a participação do governador no esquema. Segundo Garibaldi Alves, dos US\$ 40 milhões liberados pelo então ministro do Interior, US\$ 20 milhões foram para o Rio de Janeiro, US\$ 4,8 milhões para São Paulo e US\$ 4,5 milhões para a Bahia. "Foram beneficiadas aquelas entidades que estão sendo investigadas pela CPI".

João Alves jogou a responsabilidade para o Congresso. "Eu apenas atendia às solicitações do Congresso, nada mais". Segundo ele, se houve irregularidades, a culpa é dos líderes, que escolheram mal os seus representantes na Comissão de Orçamento. Sobre eventuais relações de amizade com João Alves, afirmou: "Na qualidade de governador de um estado pobre, de fato procurei o relator da Comissão do Orçamento em nome de Sergipe". Mas negou que tivesse maior intimidade com o chefe dos "anões".

João Alves disse que procurou muito também outros relatores do Orçamento como o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) e o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE).

O governador confirmou as liberações para as entidades listadas por João Alves em 1989 que, segundo apurou a CPI, beneficiaram redutos políticos do chefe do esquema e do deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA), no interior da Bahia. Negou, porém, conhecer o esquema de corrupção e insistiu na versão de que liberara as verbas atendendo à solicitação do Congresso. De acordo com o seu depoimento, a lista de 1989 foi encaminhada ao Ministério do Interior pelo presidente da Comissão do Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), em documento que credenciava João Alves como representante do órgão junto ao Executivo. Mas o governador não conseguiu explicar por que liberava as verbas sem a preocupação de fazer estudos técnicos para avaliar os critérios utilizados pela Comissão de Orçamento.

O governador chegou ao escritório da representação de Sergipe na hora marcada pela CPI do Orçamento para iniciar o depoimento, às 9h00. Mas o depoimento atrasou em duas horas devido a divergências políticas entre ele e o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), suplente da CPI do Orçamento, cujo nome não constava da delegação nomeada para ouvi-lo. Vivaldo é do PDT, partido do prefeito de Aracaju, Jackson Barreto, que vai disputar o governo do estado com o senador Albano Franco (PSDB-SE), de quem João Alves é aliado. Temendo as repercussões do seu depoimento na campanha, o governador se recusou a falar na presença de Vivaldo. Depois de muita discussão, o depoimento foi iniciado, às 11h00, com a presença do parlamentar indesejado.